



ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE POPULAÇÕES COM VULNERABILIDADES ACRESCIDAS DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAIS DO AMAZONAS

Data: 09 de maio de 2025

Horário: 9h00

Local: Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henoch Reis)

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, teve início, de forma híbrida, a **2ª Reunião da Câmara Temática sobre Populações com Vulnerabilidades Acrecidas**, integrante do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas. A reunião foi aberta pela pelo juiz coordenador da Câmara Temática, Dr. **Saulo Goes Pinto**, com suporte da assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), **Luanna Marley** e o integrante da Secretaria Executiva do Comitê, **Belchior Rodrigues**.

Estiveram presentes na reunião os(as) senhores(as): José Andress Cavalcanti, Chefe de Gabinete da Escola Superior de Magistratura; Keyla Prado, Chefe do Departamento de Reintegração Social e Capacitação (DERESC/SEAP); Aline Araújo Lima, Assessora da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC); Mirian Falcão da Silveira ROLim, Pedagoga do GMF/TJAM; Miguel Amorim, Gerente de Diversidade da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC); Geovane Melo de Amorim, Gerente de Diversidade da SEJUSC; Kercia Rodrigues, Supervisora do Escritório Social de Manaus; Mayra Santos, enfermeira do Departamento de Saúde do Sistema Prisional do Amazonas (DSSPAM/SEAP); Flávia Batista, Gerente da Política sobre Drogas da SEJUSC e Fabrício Aleixo, Coordenador do DERESC/SEAP. Na modalidade remota, participaram as senhoras: Stefanie Barbosa Sobral, Defensora Pública do Estado; Tânia Chantel Freire, Coordenadora da Casa de Maria em Itacoatiara e Hincia Pereira, Assessora da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC-AM).



O coordenador da Câmara Temática, Dr. Saulo Góes, abriu a reunião retomando os objetivos da Câmara e a metodologia do Plano Pena Justa, destacando o caráter transversal dessa instância nos quatro eixos do plano nacional. Foi recordado que, na primeira reunião, os membros haviam se comprometido a enviar diagnósticos sobre ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade, o que subsidiaria a construção da matriz estadual. Foram também reforçados os instrumentos já em andamento, como o formulário de diagnóstico participativo, enviado a instituições do sistema de justiça, órgãos do Executivo, conselhos da comunidade e sociedade civil.

A reunião avançou na sistematização das propostas apresentadas no encontro anterior, estruturando o debate em torno de grupos específicos. Em relação à população LGBTQIA+, foi reconhecido que embora existam avanços como pavilhão específico e oferta de hormonioterapia para mulheres trans, a hormonização para homens trans ainda não é ofertada, em razão de sua ausência na política pública vigente do SUS. Relatos de abandono familiar, impedimento de visita íntima para amigos íntimos e violências institucionais também foram compartilhados. Como encaminhamentos, deliberou-se que o plano deve prever a ampliação da hormonização para homens trans por vias alternativas e garantir o reconhecimento da família afetiva nas normas de visitação. Foi ainda reforçada a importância de assegurar que pessoas LGBTQIA+ possam escolher se desejam ou não ser alocadas em espaços específicos, respeitando sua autonomia e segurança.

No que se refere às mulheres privadas de liberdade, os relatos apontaram a inefetividade da aplicação da prisão domiciliar para mães de crianças menores de doze anos, a omissão institucional em relação à guarda das crianças no momento da prisão, e a limitação de acesso aos direitos reprodutivos e de saúde menstrual. A SEAP relatou sobre intenção de implementar projeto de produção de absorventes com maquinário já instalado, observando os critérios da vigilância sanitária. Diante disso, foram encaminhadas diversas ações: realização de mutirões processuais com foco em mulheres com filhos; implantação de protocolo estadual de triagem com perspectiva de gênero desde a audiência de custódia; fornecimento adequado e contínuo de absorventes com controle de qualidade e pesquisa de satisfação; Também foi aprovada a inclusão, no plano, de ações voltadas à oferta de DIU e demais métodos contraceptivos com consentimento livre, prévio e informado.



Quanto às pessoas idosas e pessoas com deficiência, foram apresentados dados e vivências que apontam para a ausência de unidades ou alas adaptadas, bem como a prática recorrente de designar outros presos como “cuidadores”, sem preparo técnico ou acompanhamento institucional. Diante disso, deliberou-se pela realização de uma pesquisa com essas populações no primeiro ano de vigência do plano, a fim de avaliar as condições de vida e preferências sobre a separação. Também se aprovou a realização de cursos contínuos de formação de cuidadores entre internos e capacitação em LIBRAS.

No debate sobre a população em situação de rua, verificou-se que não há vagas reservadas em abrigos para egressos do sistema prisional, nem articulação clara entre os Escritórios Sociais, a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC). Como encaminhamentos, aprovou-se a criação de cotas emergenciais de acolhimento institucional para pessoas egressas e a formalização de fluxo intersetorial entre Escritório Social, SEMASC e Defensoria. Também foi destacado que os Centros POP devem ser reconhecidos como referência de notificação judicial, conforme estabelece a Recomendação CNJ nº 98/2021, e esse reconhecimento será incorporado como meta no plano estadual.

Em relação às populações indígenas, foi apontada a ausência de campo para identificação da etnia e do território de origem na porta de entrada do sistema prisional, bem como a inexistência de fluxo de comunicação com a FUNAI ou com organizações indígenas. Foi deliberado que a triagem nos Centros de Recebimento de Transferência (CRT) deverá incluir campo obrigatório para autodeclaração étnica e pertencimento. Também foi aprovada a criação de ficha padrão para notificação à SEAP nos casos de custodiados indígenas e o compromisso de garantir a presença de intérpretes indígenas em audiências, inspeções e atendimentos.

Com relação às pessoas com transtornos mentais ou em uso problemático de álcool e outras drogas, foi reforçado que a resposta institucional ainda é majoritariamente medicamentosa e punitiva, sem articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Surgiu como proposta a criação de pavilhão terapêutico em uma unidade da capital, como projeto piloto, para pessoas que fazem usos problemáticos de álcool e outras drogas, entretanto a proposta foi questionada por alguns integrantes uma vez que o ideal investir em programas específicos, considerando a política de redução de danos, integração



direta com a RAPS e os Escritórios Sociais, bem como a adoção do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Assim, deliberou-se pelo desenvolvimento de um programa com auxílio técnico do Projeto Gente (SENAD/FIOCRUZ), prevendo desde a capacitação das equipes a ações de educação em saúde e cuidado nas unidades prisionais. Devendo ser considerado, dentre outras normativas, o que está previsto na Resolução CNJ nº 487/2023.

Por fim, foi destacado a importância da participação da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde nesta Câmara Temática específica, deliberando -se por oficial a SEMSA e SES reforçando a participação no processo de construção do Pena Justa e nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Foram encaminhadas deliberações estruturais importantes:

- criação de um fundo estadual voltado à implementação de ações para populações com vulnerabilidades acrescidas;
- definição do prazo de 18 de maio para consolidação dos diagnósticos setoriais a partir dos formulários participativos;
- realização de oficina temática com familiares de pessoas presas no município de Itacoatiara, com apoio da Defensoria Pública e da unidade local;
- ampliação da educação inclusiva nas unidades, com aquisição de materiais em braille e adaptação de turmas para pessoas com deficiência visual;
- realização de comunicação via ofício junto a SEMSA e SES reforçando a participação no processo de construção do Pena Justa e nas reuniões das Câmaras Temáticas.

A próxima reunião será convocada pela Secretaria Executiva e terá como pauta principal o alinhamento das propostas formuladas com os eixos do Plano Pena Justa, além da definição de metas, indicadores e parâmetros de monitoramento. A reunião foi encerrada às doze horas e quinze minutos, com agradecimentos às instituições participantes e destaque para o compromisso coletivo com a promoção da equidade e da dignidade das pessoas em situação de privação de liberdade.



Manaus-AM, 09 de maio de 2025.

Saulo Góes Pinto
Juíz Coordenador da Câmara Temática

Luanna Marley de Oliveira
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Belchior Marcos Rodrigues
Servidor da SEAP-AM